



# TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL  
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

*Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017*

Com a coordenação de

---

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões  
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XX  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



## ANÁLISE DO CONCEITO DE “IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA” À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA TEORIA DO CONCEITO DE DAHLBERG

Danilo André Bueno<sup>1</sup>, Ana Célia Rodrigues<sup>2</sup>, Maria Luiza de Almeida Campos<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense  
danilobuenoarq@gmail.com

<sup>2</sup>Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense  
anyrodrigues@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense  
marialuizalmeida@gmail.com

**RESUMO** Estudo dos aspectos teóricos que envolvem a definição do conceito de identificação arquivística na literatura espanhola e brasileira, refletindo sobre a necessidade de debate teórico mais aprofundado sobre esse conceito, visto que se encontram dispersos e pouco sistematizados. Apresenta e analisa o conceito de “identificação arquivística” à luz da Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978), identificando suas características constitutivas essenciais (que lhe dão identidade) e suas características constitutivas acidentais (funções, aplicações, contexto), a partir da aplicação do método triangular conceitual. Como resultado deste estudo, considera-se a identificação arquivística como uma metodologia de pesquisa, desenvolvida com rigor científico, a partir de procedimentos e instrumentos próprios, que subsidiam o arquivista no desenvolvimento das funções de classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da produção dos documentos de arquivos. Nesta perspectiva a identificação arquivística tem por finalidade o reconhecimento do sujeito produtor (elemento orgânico e funcional) e do objeto produzido (tipos documentais), conhecimento essencial para o estudo da gênese do documento de arquivo, para fins de organização de documentos acumulados em arquivos ou para o planejamento de programas de gestão de documentos.

**PALAVRAS-CHAVE** *Identificação arquivística, Teoria do Conceito, Tipologia Documental.*

**ABSTRACT** Study of the theoretical aspects that involve the definition of the concept of archival identification in the Spanish and Brazilian literature, reflecting on the need for a more detailed theoretical debate on this concept, since they are scattered and little systematized. It presents and analyzes the concept of "archival identification" in the light of Ingetraut Dahlberg's Theory of Concept (1978), identifying its essential constitutive characteristics (which give it identity) and its accidental constitutive characteristics (functions, applications, context) from the Application of the conceptual triangular method. As a result of this study, archival identification is considered as a research methodology, developed with scientific rigor, from its own procedures and instruments, which subsidize the archivist in the development of classification, evaluation, description and also production planning functions Of the file documents. In this perspective, archival identification has the purpose of recognizing the producer subject (organic and functional element) and the object produced (documentary types), essential knowledge for the study of the genesis of the archival document, for the purpose of organizing documents accumulated in archives or For the planning of document management programs.

KEYWORDS *Archival identification, Concept Theory, Documentary Typology.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

## INTRODUÇÃO

Na literatura da área verifica-se que os métodos e teorias arquivísticas, até pouco tempo estavam voltados ao tratamento das massas documentais que se acumulavam sem critérios técnicos ao longo dos séculos. Apenas recentemente, na segunda metade do século XX, passou-se a perceber as mudanças que envolvem a gestão, o acesso e o uso dos documentos/informação arquivística.

Nesse cenário, a Arquivística tem apresentado elementos alinhados à contemporaneidade a partir de uma visão global e integrada dos arquivos, especialmente a partir do desenvolvimento da teoria do ciclo de vida dos documentos. Essa evolução vai ao encontro da constante valorização da informação para os processos de gestão organizacional e para a tomada de decisão nesse âmbito.

O termo e o conceito de identificação surgiram na Espanha para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, sendo utilizada inicialmente como ferramenta para a organização de documentos acumulados em arquivos históricos, e posteriormente, para o planejamento de técnicas e procedimentos de Gestão de Documentos a partir da década de 1990. (Rodrigues, 2008, p. 181).

Nesse contexto, a construção teórica desta metodologia ganha destaque nos estudos arquivísticos nas três últimas décadas, na qual a *Identificação* foi reconhecida como uma fase independente da metodologia arquivística nas *Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación de Fondos Documentales de las Administraciones Públicas*, realizadas em 1991, em Madrid na Espanha. Nesta jornada o conceito de identificação foi definido como um conjunto de procedimentos de pesquisa para a “[...] identificação do órgão produtor, identificação do elemento funcional e identificação do tipo documental.” (Martín-Palomino Benito; Torre Merino, 2000, p. 14, tradução nossa).

A partir deste momento o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, sendo incorporados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística daquele país que a define como “[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DTAE, 1993, p. 37, tradução nossa).

Ainda nos anos 1980, o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos, desenvolvendo processos de identificação no Arquivo Nacional. Destas experiências profissionais de identificação de fundos, resultou a definição posta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE, 2005, p. 104), que também considera a *identificação* como uma fase do processamento técnico dos arquivos, definindo-a como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Rodrigues (2008, p. 13), afirma que:

Os aspectos teóricos que envolvem a metodologia da identificação e, especificamente, da identificação de documentos nos parâmetros da tipologia documental, estão pulverizados na literatura arquivística, refletindo a necessidade de um esforço de sistematização de ideias para abordar a construção teórica desta metodologia.

Diante dessa afirmativa, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar o conceito de Identificação à luz da Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg, que propõe um modelo analítico idealizado para elucidar a natureza e a estrutura dos conceitos, modelo que implica em analisar o conceito voltado para o seu referente, que pode ser “[...] um simples objeto, um conjunto de objetos considerados como uma unidade ou uma propriedade, uma ação, uma dimensão, etc. ou qualquer destas combinações” (Dahlberg, 1978, p.5).

O modelo analítico proposto por Dahlberg (1978) orienta a construção e estruturação de conceitos (Dahlberg, 1981, 1983) a partir do método “triangular conceitual”, com vistas a verificar as características constitutivas essenciais e acidentais dos conceitos a partir de predicacões ou afirmações verdadeiras feitas sobre um determinado item do referente, o que implica em analisar e determinar essas características e suas relações, que formam os conteúdos dos conceitos.

## O MÉTODO ANALÍTICO DA TEORIA DO CONCEITO

A Teoria do Conceito é proposta como um método analítico idealizado para tornar clara a natureza e a estrutura dos conceitos, sendo aplicado para sustentar os procedimentos apropriados para seu estudo, desenvolvido por Ingetraut Dahlberg na década de 1970, no âmbito do desenvolvimento de terminologias no campo das Ciências Sociais.

Conforme explica Campos (2001, p. 87), “a Teoria do Conceito possibilitou uma base mais sólida para a determinação e o entendimento do que consideramos conceito, para fins de representação/recuperação da informação”.

Conceito é definido como “uma unidade do conhecimento, compreendendo afirmações verdadeiras sobre um dado item de referência, representado numa forma verbal”. (Dahlberg, 1978, p. 7). Conceitos são, portanto, entendidos aqui nesta reflexão como ‘unidade do conhecimento’, e deste modo Dahlberg (1978), destaca que se o homem tem a capacidade de desenvolver afirmações corretas sobre as coisas reais (itens empíricos) e sobre as ideias da mente (cognição), então é possível construir um modelo de análise para a construção de conceitos.

O modelo de análise conceitual parte da seleção de um item de referência – referente - (que pode ser um simples objeto, ou uma propriedade, uma ação, uma dimensão, etc.). As afirmações sobre um referente são aceitas como verdadeiras numa forma verbal e pode ser convenientemente representada como um termo. Com a forma verbal os seres humanos são capazes de se comunicar oralmente ou por escrito sobre os conteúdos (afirmações sobre o referente) de um conceito, e o uso dessa forma verbal é aplicada para pensar no universo do discurso, na construção e representação do conhecimento.

Dahlberg (1978, p. 7) define três tipos de componentes necessários para a formação de uma unidade do conhecimento:

[...] afirmação verdadeira é a componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência;

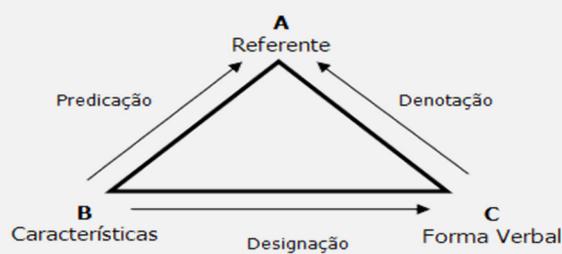
[...] item de referência é o componente do conceito para o qual sua afirmação verdadeira e sua forma verbal estão diretamente relacionadas, seu “referente”;

[...] forma verbal (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um termo, um conceito em comunicação.

Sendo assim, Dahlberg (1978) propõe três passos fundamentais para a construção de conceitos representados por:

- Passo referencial (A) – item de referência – referente.
- Passo predicacional (B) – afirmações sobre o referente – características.
- Passo representacional (C) – forma verbal – termo que representa o conceito.

Esses passos também são representados graficamente dentro do triângulo conceitual proposto por Dahlberg segundo o modelo reproduzido abaixo:



**Figura 1. Triângulo Conceitual**

*Fonte: Dahlberg, 1978.*

Este modelo evidencia os tipos de atividades/relações existentes entre os três componentes do modelo: Predição nominal (B-A); Designação (B-C); e Denotação (C-A). O esquema proposto por Dahlberg (1978) parece ser mais válido dentro das Ciências Sociais baseado nas linhas de categorias formais de Aristóteles, através do qual todos os itens de uma referência devem ser fundamentalmente ordenados em quatro categorias formais e doze subcategorias formais, começando-se pela categorização de um referente pertencente a algumas combinações delas.

Categorias formais	Subcategorias formais
Entidades	> princípios
	> objetos imateriais
	> objetos materiais
Propriedades	> quantidades
	> qualidades
	> relações
Atividades	> operações
	> estados
	> processos
Dimensões	> tempo
	> posição
	> espaço

**Figura 2. Categorias formais e Subcategorias formais de Aristóteles**

*Fonte: Dahlberg, 1978.*

Verifica-se, portanto, que a determinação final dos referentes, que segue a regra de predicação, pode tomar a forma de uma “cadeia de características” ou “cadeia de conceitos”, pois segundo Dahlberg (1978, p. 12) “Começando de qualquer base e levando os predicados até uma última subcategoria de forma, pode-se estabelecer a classe que forma uma das características de um conceito”.

De maneira analítica, podemos estabelecer que todos os nossos conceitos são abstrações da realidade no sentido de que são produtos e instrumentos da habilidade do homem de pensar e falar sobre a realidade na medida permitida por seu conhecimento da realidade. Eles diferem, no entanto, na escala de abstração, passando dos mais específicos e individuais para os específicos e mais gerais. (Dahlberg, 1978, p. 12).

Corroborando com essa análise, Campos (2001, p, 103) ressalta que “Para Dahlberg, o processo de determinação do conceito se dá no momento em que é selecionado um item de referência – um referente – e analisado dentro de um universo”. Assim, é nesse momento em que se atribui predicado ao referente, selecionando suas características ou atributos mais relevantes para a definição do conceito, que é a soma de todos os elementos que o compõem, ou seja, a soma das características que refletem as propriedades de um item de referência é que formarão o conteúdo e a designação apropriada para o mesmo.

Segundo Dahlberg (1978, p. 13) “[...] podemos reconhecer certos tipos de características de acordo com as afirmações – e derivável delas – sobre as propriedades de um referente, além daquelas que constituem a categoria final de um conceito, a saber, a sua especialização”.

Existem três tipos gerais de predicções que produzem três tipos de características que podem ser afirmadas segundo Dahlberg (1978):

- 1) Características que se aplicam a todos os referentes de um dado tipo: “características essenciais”;
- 2) Características que se aplicam a somente alguns referentes de um dado tipo: “características acidentais”;
- 3) Características que se aplicam a um único referente: “características individualizantes”.

Dahlberg (1978, p.14) também faz distinção entre as características que constituem um conceito, características constitutivas dos conceitos (características necessárias = essenciais); opondo-se as características possíveis, que são qualquer uma daquelas que um dado tipo de referente pode adquirir, mas que não são necessárias para a constituição de um conceito; características consecutivas ou implícitas resultam daquelas constitutivas dos conceitos por implicação.

Por último, Dahlberg (1978, p. 15) faz distinção entre quatro grandes tipos de características, a saber:

- a) Características categoriais formais: aquelas que se referem a categorias formais e subcategorias formais;
- b) Características ontológicas: aquelas que se referem a categorias do ser, como, por exemplo, “ser um objeto material”, “ser um ser vivente”, “ser um ser humano”, “ser um suporte de informação”.
- c) Características constitutivas dos conceitos (características essenciais, acidentais e individualizantes); aquelas que se referem a quase todos, ou a alguns casos ou a um simples caso de um dado item de referência;
- d) Características consecutivas e implícitas: aquelas que resultam das características essenciais e acidentais por implicação ou possível diversidade.

A partir dessa reflexão, podemos verificar que para o processo de construção e análise de qualquer conceito é necessário que selecionemos um item de referência – referente – para analisá-lo dentro de um universo – contexto – atribuindo-lhe predicados – afirmações – a dito referente selecionando as suas características mais relevantes (essenciais, acidentais e individualizantes) que constituirão o conceito, bem como formarão seu conteúdo e designação – termo.

## O CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O termo e o conceito de “identificação” surgem após a introdução do conceito de Gestão de Documentos no domínio de conhecimentos da Arquivística, trazendo consigo a necessidade de formulação de novas abordagens teórico-metodológicas para resolver os problemas decorrentes da crescente produção e acumulação de documentos que crescia exponencialmente nas administrações públicas e privadas verificadas a partir da década de 1940. (Rodrigues, 2008, p. 48).

Com vistas à resolução desses problemas, foram criados na década de 1980 grupos de trabalho em países ibero-americanos. Entre esses países que participaram da formulação do termo e do conceito de identificação estão Espanha, Brasil, Portugal e México, nos quais, Mendo Carmona (2004, p.41, tradução nossa), aponta que:

Tal definição foi sendo desenvolvida em reuniões profissionais para discutirem a realidade constante nos arquivos desses países com larga tradição administrativa e arquivística, cujos procedimentos administrativos e práticas diárias não tinham se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais, acumulando fundos indiscriminadamente nos depósitos de arquivos.

A partir desse momento, muitas experiências empíricas foram aplicadas nos arquivos para o desenvolvimento de uma metodologia que possibilitasse a resolução do problema do acúmulo indiscriminado de documentos. A Espanha, nesse sentido, se destacou no panorama arquivístico internacional com experiências desenvolvidas pela Direção de Arquivos Estatais do Ministério da Cultura, no âmbito de seus sistemas de arquivos. Rodrigues (2008, p.48) destaca que as discussões na Espanha sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo para o controle da acumulação ou planejamento da gestão de documentos influenciaram toda a Arquivística ibero-americana, e nesse contexto, especialmente o Brasil.

O problema comum compartilhado pela Arquivística ibero-americana era a acumulação de fundos. A metodologia proposta visava recuperar a fluidez do sistema de arquivos, focando a questão sob dois pontos de vista: controlar as séries documentais desde o momento de sua produção e àquelas acumuladas nos arquivos, definindo um limite cronológico como ponto de partida, denominada identificação e avaliação de fundos documentais. (Rodrigues, 2008, p.50).

A identificação é um conceito recente na literatura Arquivística internacional que vem sendo introduzido gradativamente na Arquivística brasileira a partir da década de 1990. Mendo Carmona (2004, p. 41, tradução nossa), referindo-se ao conceito de identificação obtido na Espanha nas *Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación de Fondos Documentales de las Administraciones Públicas*, realizadas em 1991, em Madrid na Espanha, define identificação como: “[...] o processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um dos seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a valorização das séries documentais”.

Martín-Palomino Benito e Torre Merino (2000), definem a Identificação Arquivística como “[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo. ” (Martín-Palomino Benito; Torre Merino, 2000, p. 14, tradução nossa).

Corroborando com a afirmativa, Mendo Carmona (2004, p. 42, tradução nossa), ressalta que a identificação é a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da Arquivística: o de respeito à proveniência e da estrutura interna do fundo, que:

Consiste na investigação das características dos elementos implicados na gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido. Entende-se por sujeito produtor a pessoa física, família ou organismo que produziu e/ou acumulou o fundo. Entende-se por objeto produzido a totalidade do fundo e cada uma das agrupações documentais que o compõem [série documental].

A identificação arquivística, portanto, é imprescindível para todo o processo de organização de arquivos, e principalmente para o planejamento da gestão de documentos, conforme elucida Vieira (2007, p.16-17):

[...] a identificação do órgão produtor, de seu elemento funcional e do tipo documental é realizada mediante pesquisa nos documentos legais de sua constituição. Tais informações coletadas nesta etapa de identificação são registradas em diferentes instrumentos tais como: índice do órgão produtor, índices de tipos documentais, organograma, formulários de levantamentos de dados e outros, que posteriormente serão usados na avaliação, organização, descrição dos documentos de arquivo.

A fase de identificação para a Arquivística, conforme elucida Vieira (2007), consiste na investigação e na análise crítica dos elementos da gênese do fundo e do reconhecimento do contexto administrativo que gerou a documentação em qualquer organização. É a pesquisa sobre os elementos que caracterizam o contexto de produção (estrutura organizacional formal – elemento orgânico - e suas competências, funções, atividades e procedimentos administrativos – elemento funcional) e a tipologia documental (subprodutos do desenvolvimento dos procedimentos administrativos e jurídicos).

Evidenciando sua importância, Rodrigues (2005, p. 05), sustenta que:

A base metodológica que sustenta a identificação é a aplicação de maneira direta do princípio da proveniência, que consiste em não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores e, conseqüentemente, o da ordem original, que significa não romper a ordem natural de produção de tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinam.

Conhecer a estrutura, o funcionamento e as tipologias documentais é fundamental para o desenvolvimento de qualquer processo ou tarefa arquivística no âmbito da criação/produção, classificação, avaliação e descrição de documentos, em suma, esta metodologia subsidia o desenvolvimento de parâmetros para a gestão de documentos.

Sendo assim, a partir dessas definições tentar-se-á analisar através do método triangular conceitual a “Identificação Arquivística” à luz da Teoria do Conceito voltada para o referente e suas características.

## ANÁLISE DO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Dentre as definições sobre “Identificação” apontadas na literatura, nosso referente pode ser categorizado como um “Método”. Este método possui operações, estados e processos, e observa-se que nas definições analisadas ele é tomado ora como um processo, ora como uma atividade ou como uma metodologia, e o seu contexto de análise (universo) é o único que permanece estável, ou seja, no contexto arquivístico. Portanto, parece-nos mais conveniente optar em denominar nosso referente como um “método”, visto que um método é um modo de proceder a partir do desenvolvimento de uma atividade específica que possui operações, estados, processos específicos de uma determinada natureza, e no contexto arquivístico ele é qualitativo e investigativo.

Nesse sentido, como fora definido que o referente (que é um método) e a forma verbal (Identificação Arquivística) nos resta apontar e verificar as predicções sobre esse referente, ou seja, procedeu-se ao estabelecimento das características que constituem o conceito (características essenciais, acidentais e individuais) a partir da verificação de afirmações evidenciadas e analisadas na literatura especializada.

No entanto, para alcançar o objetivo proposto por este artigo, optou-se por verificar apenas as características constitutivas essenciais e acidentais do conceito de “Identificação Arquivística”, com vistas à tentativa de desenvolver uma análise reflexiva que contribua para a área de Arquivologia

Dessa forma, podemos apontar que as características essenciais propostas por Dahlberg (1978) são aquelas oriundas de afirmações sobre a identidade de um determinado referente, sobre o que ele é e como se constitui, ou seja, as características essenciais dos conceitos são aquelas que lhes dão identidade, que os constituem essencialmente. Por exemplo, nesta análise o que lhe dá identidade à Identificação arquivística é a aplicação direta do princípio da Proveniência na investigação da gênese do fundo de arquivo, os elementos que caracterizam o seu contexto de produção (estrutura organizacional e funcional) e o objeto produzido (tipos documentais) gerado ou acumulado.

Da análise realizada na literatura, temos que as características essenciais do método de Identificação arquivística, e que a sustenta, é a aplicação direta do princípio da Proveniência no reconhecimento da gênese do fundo, identificando as estruturas, competências, funções e atividades do contexto de produção dos tipos documentais, para a formação, classificação e avaliação das séries documentais.

Por outro lado, as características acidentais, ou seja, variáveis deste método podem ser verificadas a partir das possibilidades de sua aplicação na formação e/ou organização de um fundo de arquivo: tanto na fase de acumulação, quanto na fase de produção documental em organizações públicas ou privadas. Além disso, verifica-se que o método possui a função de subsidiar de maneira segura o desenvolvimento de programas de Gestão de Documentos, criando parâmetros para desenvolvimento das funções arquivísticas de planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição de documentos.

Verifica-se a partir da aplicação da teoria do conceito de Dahlberg (1978), que a soma das características essenciais e acidentais, constituintes da Identificação Arquivística, lhe confere identidade como um método analítico de investigação da gênese do fundo de arquivo dentro das metodologias arquivísticas. Dessa forma, tem-se que o método de análise proposto pela Teoria do Conceito nos possibilita um raciocínio mais seguro para desenvolver ou analisar a natureza e estrutura dos conceitos, a partir da literatura, pois as características constitutivas dos conceitos formam o seu conteúdo (Campos, 2010).

A temática deste artigo, portanto, objetivou a exploração da literatura para obter a compreensão das características constituintes do conceito de Identificação Arquivística, por meio do método triangular conceitual proposto por Dahlberg (1978), explorando os principais conceitos relacionados ao tema, bem como o processo e a importância de sua aplicação nas atividades inerentes ao fazer arquivístico.

A Identificação arquivística, como método analítico de investigação da gênese do documento de arquivo, cria bases sólidas e seguras para analisar a acumulação desordenada de documentos com vistas à sua correta organização, bem como cria conhecimento para o planejamento e controle da produção de documentos, classificação de documentos e avaliação de documentos, no âmbito da Gestão de Documentos.

## CONCLUSÕES

A partir da análise realizada com base na aplicação do método analítico da Teoria do Conceito, podemos verificar a possibilidade de formular um raciocínio mais seguro no âmbito do desenvolvimento de análises e compreensão da estrutura dos conceitos, a partir do triângulo conceitual proposto por Dahlberg (1978), revelando-se um método seguro para analisar conceitos no campo científico.

Sob esse prisma é possível conceituar a Identificação Arquivística a partir do método triangular conceitual. A par das discussões sobre suas características essenciais e acidentais constitutivas compiladas da literatura especializada, parece-nos possível considerar que a Identificação arquivística é um método analítico que consiste na investigação das características dos elementos implicados na gênese do fundo, a partir da aplicação direta do princípio da proveniência, cuja finalidade é identificar o sujeito produtor (elemento orgânico: estrutura formal – elemento funcional: competências, funções, atividades e procedimentos administrativos) de qualquer instituição, seja pública ou privada; e do objeto produzido (tipos documentais). Esse método, se bem desenvolvido, possibilita a intervenção do arquivista de forma segura em todas as fases do ciclo vital dos documentos, subsidiando o planejamento de programas de Gestão de Documentos.

A Identificação Arquivística, portanto, consiste na investigação e na análise crítica dos elementos da gênese do fundo e do reconhecimento do contexto administrativo que gerou a documentação em qualquer organização, seja pública ou privada. É a pesquisa que evidencia os elementos que caracterizam o contexto de produção (estrutura organizacional formal, competências, funções, atividades e procedimentos administrativos) e a tipologia documental (subprodutos do desenvolvimento de atividades e dos procedimentos administrativos).

A Arquivologia, historicamente, tem buscado afirmar seu estatuto científico e epistemológico por meio da constante reflexão sobre seu objeto de estudos, o documento arquivístico e de seu arcabouço teórico-metodológico. No entanto, verifica-se que foi principalmente na Diplomática que a Arquivística encontrou as bases e fundamentos teóricos para a formulação mais segura de seus métodos de investigação e, principalmente para a formulação do método de Identificação Arquivística, conferindo cientificidade a esse método para a partir dos estudos de Tipologia Documental, próprio do campo científico da Arquivologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Campos, M. L. de A. (2001). *Linguagem Documentária: Teorias que fundamentam sua elaboração*. EDUFF, Niterói, RJ. 133p.
- Campos, M. L. de A. (2010). O papel das definições na pesquisa em ontologia. *Perspectivas em Ciência da Informação (Impresso)*, v.15, p. 220-238.
- Dahlberg, I. (1978). A Referent-oriented analytical concept theory of interconcept. *International Classification*. Frankfurt, v.5. nº3, p.142-150. (traduzido do inglês por Vânia Teixeira Gonçalves, Bolsista do CNPQ – 31p.).
- Dahlberg, I. (1983). Terminological definitions: characteristics and demands. In: *Problèmes de la définition et de la synonymie en terminologie*, 13–51. Québec: GIRSTERM.
- Dahlberg, I. (1981). Conceptual definitions for Interconcept. *International Classification* 8 (1).
- Diccionario de Terminología Archivística (DTAE). (1993). Madrid: Dirección de Archivos Estatales, Ministerio de Cultura (Espanha).
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE). (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil).
- Martín-Palomino Benito, M., Torre Merino, J. L. L. (2000). Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 109 p. (Escuela Iberoamericana de Archivos: Experiencias y materiales).
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método arquivístico. *Documenta & Instrumenta*, v.1, p.24-35.
- Rodrigues, A. C. (2005). A identificação como função arquivística. In: *Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6., 2005, Campos do Jordão. Anais...* São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.
- Rodrigues, A. C. (2008) *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.
- Rodrigues, A. C. (2012). Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In: *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília, São Paulo: Oficina Universitária, Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- Vieira, A. da S. L. (2007). A identificação no processo de implementação e organização do arquivo permanente. Marília: UNESP/FFC, 84f. TCC (Graduação em Arquivologia). Universidade Estadual Paulista, Marília.